
EDITORIAL

É sabido e é marcante ser a Paz o desejo mais comum, porventura o primeiro, no último recôndito lugar habitado pelo homem.

Fenómeno natural e previsível, quando o homem deixa de confrontar-se com os problemas de um Universo reduzido, alargando os interesses a propor e resguardar, à dimensão mais dilatada de todos os azimutes, em nome da vida melhor que ambiciona.

Tratar-se-á, pode dizer-se, de uma Paz reveladora do ideal de viver tranquilo, física e espiritualmente, num dia-a-dia liberto de inquietações e sobressaltos.

Daí que, acima de tudo, o homem privilegie, por Segurança, o que lhe permita estar confiante, quando não senhor de uma calma espiritualidade, ou daquilo que lhe faculte a ideia de que, no amanhã, não se antevejam perigos a temer.

Nesta lógica, será inerente um crescendo de quotidiano, bom ou mau, a defender e a aperfeiçoar constantemente, à luz da matriz de Segurança.

Com o homem há vida, há criação.

E a vida, independentemente das circunstâncias, perdura, ganhando ou garantindo, em justiça e bem-estar, consoante as medidas em que assente a segurança que o fará sentir tranquilo.

Será, pois, a partir da própria vida, que a Segurança, no concreto, se haverá de articular, aumentando, com os objectivos a defender, os termos ou os campos de uma tal tranquilidade.

Objectivos forçosamente claros, consensualmente aceites e perseguidos, de efeito multiplicador da acção individual e colec-

tiva, concorrente para um desenvolvimento harmónico do todo e garante de bem-estar optimizado e de justa equidade no viver.

Assim não sucedendo, errado se demonstrará que o homem eleja a Segurança como meta prioritária da existência.

Constitui, porém, dado adquirido, a proposição generalizada, amiúde intransigente, de interesses ditos vitais, conquanto não raro antagónicos, assumida mesmo entre sociedades que se afirmam irmanadas em identidades e valores.

Interesses tantas vezes egoístas, mas que, projectados em espaços que não somente os seus e por respeitarem a tudo aquilo que afecte ou possa afectar a própria vivência, configuram nebulosos os contornos das suas pretensões.

Donde, a tranquilidade que para si mesmas se reclamam acabará conseguida, com prejuízo da de terceiros, se as medidas de segurança empreendidas desprezarem a subordinação primária, de equilíbrio, à observância do primado do Homem, como tal.

A incongruência resulta óbvia.

Invertida a equação, a almejada segurança surgirá, inevitavelmente, como elemento limitador da tranquilidade do indivíduo, em qualquer parte do conjunto.

O pragmatismo de que o homem se reclama, hoje, na defesa do interesse social e sob a capa de uma ampla convivência humana, despida de fronteiras, tende, inexoravelmente, a favorecer uma visão de Segurança sob a óptica conceptual de uma racionalização política, em essência dogmática, no extremo, e restritiva, nalgum grau, de liberdade e direitos, físicos ou espirituais, de semelhantes.

Ao fim e ao cabo, segurança relativa, que não, necessariamente, positiva, no geral.

Esta somente será real quando fonte de enriquecimento da própria vida, de e por todos e cada um.

Segurança colectiva, no positivo, torna o homem obrigado a confiar no próximo, tanto como em si próprio.

Um desiderato só possível de resolver se as sociedades e as Nações potenciarem, voluntariamente, as intenções tantas vezes proclamadas de solidariedade.

Uns haverão de acreditar nos outros e estes, em contrapartida e iniludivelmente, terão de provar que podem e devem ser objecto de confiança.

Segurança não dá Vida, que já existe, exigindo-se-lhe, em concomitância, que não ignore as pessoas e o seu quotidiano.

As melhorias qualitativas e a tranquilidade desejadas pelo homem dependerão do modo como as medidas de segurança adoptadas, tendo em vista o bem comum, provejam à justiça por igual, condicionem o desenvolvimento de alguns e concedam à Vida — valor supremo — a dignidade e o respeito que merece.